

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Renda Vitorino, Artur José
CENTRALIZAÇÃO VERSUS DESCENTRALIZAÇÃO: A POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL DO
GOVERNO CENTRAL IMPERIAL E A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1850-1889
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
13, núm. 3, 2009, pp. 675-695
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526879010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CENTRALIZAÇÃO VERSUS DESCENTRALIZAÇÃO: A POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL DO GOVERNO CENTRAL IMPERIAL E A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1850-1889 *

*Artur José Renda Vitorino ***

Resumo. O presente estudo focaliza o fato de que no período do Segundo Reinado os monarquistas conservadores realizaram uma articulação entre a dimensão econômica (a lógica do capital mercantil) e a dimensão política (a política monetária e fiscal), o que converteu a corte imperial do Rio de Janeiro no verdadeiro centro da economia colonial. Neste contexto, somente com o surgimento de novas áreas de expansão econômica na província de São Paulo, especialmente com a produção de café na região denominada “Oeste Paulista”, foram criadas as condições materiais para essa província se desligar das amarras político-financeiras construídas pelo governo central imperial e montar um projeto político contrário aos interesses da corte imperial.

Palavras-chave: história regional; Império do Brasil; economia política; Oeste Paulista - século XIX.

CENTRALIZATION *VERSUS* DECENTRALIZATION: MONETARY AND FISCAL POLICY OF THE CENTRAL IMPERIAL GOVERNMENT AND THE PROVINCE OF SÃO PAULO, 1850-1889

Abstract. We shall focus on the fact that during the Second Reign period, Conservative Monarchists undertook a arbitration between the economic realm (the logic of mercantile capital) and the political realm (monetary and fiscal policy), which turned the imperial court in Rio de Janeiro into the true center of the colonial economy. Thus, it was only the emergence of new areas of economic expansion in the de Province of São Paulo, especially coffee production in the region named “Oeste Paulista”, that created the material conditions for this province to come free from the political-financial shackles

* Artigo recebido em 08 de agosto de 2008 e aprovado em 16 de dezembro de 2008.

** Professor doutor da Faculdade de História da PUC-Campinas.

set by the central imperial government, and seek a political project contrary to the interests of the imperial court.

Keywords: Regional History; Empire of Brazil; Political Economy; Oeste Paulista (19th century).

CENTRALIZACIÓN *VERSUS* DESCENTRALIZACIÓN: LA POLÍTICA MONETARIA Y FISCAL DEL GOBIERNO CENTRAL IMPERIAL Y LA PROVINCIA DE SAN PABLO, 1850-1889

Resumen. En este estudio, enfocaremos que durante el período del II Reinado, los Monárquicos Conservadores realizaron una articulación entre la dimensión económica (la lógica del capital mercantil) y la dimensión política (la política monetaria y fiscal), convirtiendo a la Corte imperial de Río de Janeiro en el verdadero centro de la economía colonial. Así, fue sólo con el surgimiento de nuevas áreas de expansión económica en la Provincia de San Pablo, en especial con la producción de café en la región denominada "Oeste Paulista", que se crearon las condiciones materiales para que esa provincia se librara de las ataduras político-financieras impuestas por el gobierno central imperial y deseara un proyecto político contrario a los intereses de la Corte imperial.

Palabras Clave: Historia regional; Imperio de Brasil; Economía Política; Oeste Paulista (siglo XIX).

INTRODUÇÃO

O fim do tráfico negreiro alterou muita coisa na economia do Rio de Janeiro, com um efeito capaz de configurar na capital do Império uma vida econômica urbana de feições e forças próprias. Induzido especialmente pelo capital antes engatado no negócio negreiro, o ritmo de acumulação e as atividades produtivas internas de capitais (fixo e circulante) passaram a ser ditados principalmente pelo capital mercantil urbanizado (VITORINO, 2008).

O setor agrícola de exportação do Vale do Paraíba apresentava-se quase todo enlaçado, através dos comissários, ao sistema de crédito urbanizado, e também estava inserido no processo urbano de comercialização, de sua exportação e de seus agentes. Com efeito, o

excedente monetizado da produção cafeeicultora dessa região foi drenado para a corte imperial.

O sistema de crédito também iria financiar o aumento das importações, gerando na corte uma economia urbana que conseguiu confluir o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e bens de consumo, dando condições favoráveis para a tributação e consequente aumento dos gastos públicos.

Desse modo, o regime centralizador monárquico brasileiro durante o Segundo Reinado (1831-1889), estruturado politicamente pelos Saquaremas a partir da década de 1840 (MATTOS, 1987), alcançou ainda mais força na década de 1850, pois, como consequência do fim do tráfico negreiro, a vida urbana da corte imperial do Rio de Janeiro, no circuito do capital mercantil, conseguiu subjugar ainda mais a produção rural.

A tutela da praça do Rio, dos seus bancos e dos seus comissários não se fazia sentir somente no Vale do Paraíba. Especialmente com a política econômica implantada por Itaboraí¹, que realizou um verdadeiro sistema de centralização dos créditos, as sucursais do Banco do Brasil realizavam elevada transferência de capitais das províncias do Norte para o Rio. No tocante às receitas e gastos do governo imperial durante o Segundo Reinado, constata-se que a centralização fiscal drenou transferências líquidas de recursos fiscais das províncias do Norte para as províncias do Sul (VILLELA, 2004).²

¹ Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, chefio o 11º gabinete, que durou de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853, e acumulou, como era de regra no período, a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda. Foi o fundador do terceiro Banco do Brasil a se instalar aqui. Por suas agências e filiais, esse banco podia servir a todas as províncias, sendo-lhe concedido o privilégio de emissão. Com isto, o banco adquiriu o caráter de regulador da circulação, e com ele contratou a substituição dos bilhetes do Tesouro por notas bancárias conversíveis.

² Na mesma direção, mas de forma mais contundente e crítica, Oliveira afirma: "A quem quer que tenha algum conhecimento das finanças do Império, não escapará dependerem estas, basicamente das províncias da Bahia, Pernambuco e Minas. Nos termos de hoje [...], elas tinham superávit sobre o que o Império nelas gastava. O Rio era o grande gastador, mas também arrecadador, e São Paulo já figurava como um grande perdulário. Eis aí a segunda fonte da *acumulação primitiva* que alimentou a expansão cafeeicultora, um mistério que nem Caio Prado nem Furtado explicaram: de onde saíram os recursos de capital do café? Dele mesmo? Mas como capital faz capital antes de ser capital? Pela *acumulação primitiva*: de um lado o Rio, com o comércio de escravos, de outro as fontes fiscais, drenando recursos das províncias superavitárias para as deficitárias" (1993, p. 50).

Mesmo diante dessas amarras centrípetas em torno da corte imperial do Rio de Janeiro, a região denominada Oeste Paulista³ efetuou uma oposição ao regime centralizador da monarquia. A elite dessa região manifestou-se a favor de uma república federativa, com uma autonomia para as províncias suficiente para que pudessem arrecadar impostos, formular seu próprio programa de imigração, criar sua força militar e contrair empréstimos no Exterior. Conforme procuraremos mostrar, essa manifestação pôde transformar-se em um projeto político factível, a partir do momento em que o desenvolvimento econômico e material dessa região possibilitou à sua elite desligar-se das amarras político-financeiras erguidas pela corte imperial.

POLÍTICA ECONÔMICA DE LIBERAIS E DE CONSERVADORES

A reforma financeira realizada em 1853 por Itaboraí, então um dos cardeais do partido Conservador, fez concentrar em um só banco, o Banco do Brasil instalado na capital do Império, o privilégio de emitir. Fazia parte da política econômica do Partido Conservador, através do monopólio detido pelo Banco do Brasil, concentrar a emissão e enxugar o estoque monetário do país a fim de outros bancos não criarem crédito. Desse modo se evitaria que as letras de prazo curto ou vales (de 5 dias, em regra) desses bancos viessem a circular como moeda, fazendo concorrência com o papel do Tesouro, e que o excesso de papel-moeda, consequentemente, depreciasse o câmbio. Em outras palavras, a política monetária do Partido Conservador era *centralizar* em um só banco a

³ De acordo com Cardoso, um dos primeiros estudiosos da vertente historiográfica a identificar que havia diferenças regionais entre os fazendeiros de café do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, “a região denominada de Oeste Paulista não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Piracununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na estrada de ferro Mojiana. Historicamente quando há referências ao Oeste Paulista visa-se a região servida por estas duas estradas de ferro e seus ramais” (1960, p. 45). Já, conforme determinava a Lei nº 3029, de 9 de janeiro de 1881, que introduziu o sistema de eleições diretas no Império, o Oeste Paulista correspondia aos 7º, 8º e 9º distritos, que compunham os seguintes municípios: Campinas, Amparo, Serra Negra, Mogi Mirim, Penha do Rio de Peixe (atual Itapira), Pirassununga, Itatiba, Araras, Socorro, Rio Claro, Piracicaba, Capivari, Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal (atual São Carlos), Brotas, Dois Córregos, Jaú, Jaboticabal, Santa Bárbara, Casa Branca, Mococa, Ribeirão Preto, Franca, Santa Rita do Paraíso, Descalvado, São João da Boa Vista, Cajuru, Batataes e Espírito Santo do Pinhal.

emissão de papel-moeda para restringir a circulação fiduciária e o crédito, a fim de manter uma moeda brasileira forte e estável e o câmbio valorizado, para facilitar o pagamento, em moeda estrangeira do padrão ouro, do considerado débito estrangeiro da Nação.

Já a política econômica do Partido Liberal podia ser exemplificada pela emblemática atuação de Bernardo de Souza Franco quando esteve à frente do Ministério da Fazenda, de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858. Ao contrário dos cardeais do Partido Conservador, Souza Franco criou na sua gestão seis novos bancos emissores, com sedes nas províncias do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Maranhão, em que a garantia do valor do meio circulante era sobre títulos do crédito público nacional. Assim, a emissão plural e a distribuição de crédito patrocinada pelo Estado, ao mesmo tempo em que tendiam a desvalorizar o câmbio e a acentuar a inflação, aumentando a dívida interna, também facilitavam os empreendimentos brasileiros, ao impulsionar o comércio - mesmo aquele que não estava ligado à exportação -, as indústrias, os bancos domésticos (desde que tivessem poucas obrigações estrangeiras) e a agricultura de exportação.

Quanto à noção prevalecente de que a desvalorização do câmbio beneficiaria o setor de exportação e, como consequência, a produção cafeeira encorajaria a desvalorização cambial, pois assim ela seria remunerada pelas moedas mais fortes das nações mais desenvolvidas, cumpre notar que o setor cafeeiro era formado pelos grupos - na maioria das vezes, distintos entre si - de agricultores, comissários e exportadores. Os agricultores eram favoráveis ao câmbio desvalorizado e até à emissão de moeda, mesmo que inflacionária. A possibilidade inflacionária e a desvalorização cambial assustavam os grupos comerciais mais representativos no setor de exportação de café. Em suas atitudes em relação à questão cambial, as associações comerciais demonstraram interesses opostos. Os grupos comerciais e agricultores do Norte imperial eram favoráveis à desvalorização cambial, ao contrário das associações comerciais de Santos e do Rio de Janeiro - dominadas por estrangeiros e representantes de casas comerciais engajadas tanto na exportação quanto na importação -, dos financiadores do exterior e dos investidores estrangeiros, que pressionavam a favor da alta do câmbio (RIDINGS, 1994).

A relação entre circulação monetária e câmbio, que fazia do excesso de papel inconvertível em ouro o maior causador das variações do câmbio entre a praça do Rio de Janeiro e a de Londres, era fato nos anos de 1866 a 1871; mas isso ocorreu não porque o Banco do Brasil tivesse facilitado o

crédito, pois foi justamente nesse período que o Banco do Brasil resgatou mais da metade de suas notas, conforme acordo de 1866 (que proibiu o banco de emitir notas e tornou-o mais independente do governo). Foi o governo quem aumentou o dinheiro em circulação em mais da metade, forçando a queda do câmbio em Londres em até 14 pence para cada mil-réis, em 1867, o mais baixo de todo o Império.⁴

A Guerra do Paraguai (1864-1870) forçou o governo⁵ a se apropriar de todo o ouro do Banco do Brasil, ouro este que foi para a região do Rio da Prata, enriquecendo os fornecedores argentinos alocados principalmente em Buenos Aires, e para a Europa, com a compra de armamentos (SCHULZ, 1996). Para financiar os gastos de guerra, tanto a administração conservadora quanto a liberal foram obrigadas a aumentar a circulação de papéis fiduciários por meio do curso forçado.⁶

Geralmente, os estadistas do Império queixavam-se do excesso de papel-moeda e consequente depreciação do câmbio. Para o liberal Affonso Celso de Assis Figueiredo, no entanto, não havia nenhuma correlação entre meio circulante e taxa cambial. Em discurso de 18 de março de 1879, proferido na Câmara dos Deputados, o futuro Visconde de Ouro Preto dizia:

A prova de que a nossa circulação fiduciária não influi nesta praça para a queda do câmbio fornecem-na três fatos altamente significativos.

Os anos de 1859 a 1860 marcam a época da maior expansão de crédito entre nós. Foi então que a emissão do papel-moeda teve o mais brusco e mais considerável aumento.

⁴ Ao relacionar o câmbio com as notas do estado, as notas do banco e os bilhetes do tesouro durante os anos de 1866 a 1871, Carreira (1889) mostra que foram as notas do Estado que fizeram depreciação do câmbio.

⁵ O Partido Liberal governou de 24 de maio de 1862 (17^a Gabinete) a 16 de julho de 1868 (22^a Gabinete), e o Partido Conservador desta data até 5 de janeiro de 1878 (26^a Gabinete).

⁶ Entenda-se curso forçado como a declaração de que instrumentos como papel moeda ou bilhetes bancários devem ser aceitos em pagamento pelo seu valor nominal, sem levar em conta o valor atual desses instrumentos em metal. Sobre os recursos extraordinários de que lançou mão o Tesouro Nacional para fazer face às despesas da guerra do Paraguai, ver Carreira (1889). Nesse período de guerra, o governo foi obrigado a realizar uma renovação do meio circulante através do curso forçado, abrindo vantagens inéditas ao comércio atacadista local, em cujo contexto iria se dar a verdadeira acumulação de capital (GRANZIERA, 1979).

Desaparecera a moeda metálica; emitia o tesouro, diversos bancos emitiam e também suas caixas filiais.

Os 51 mil contos, que tínhamos em circulação, subiram rapidamente a 90 mil. Entretanto o câmbio nunca desceu de 23 e subiu a 27 ds . . .

Quinze anos mais tarde⁷, o câmbio estava entre 25 e 26 ds.; deu-se nesta praça uma crise monetária; os bancos sentiam-se ameaçados, e o governo entendeu dever ir em seu auxílio. Foi autorizada uma emissão de 25.000:000\$; e o que aconteceu?

O câmbio, longe de baixar, subiu até 28, e foi além, chegando a 28 $\frac{3}{8}$, à proporção que o papel ia-se introduzindo na circulação; e, ao contrário, quando o governo tratou de receber esta nova emissão, foi descendo até 24! . . .

Ainda agora mesmo, por ocasião do decreto promulgado pelo meu ilustre antecessor,⁸ não houve nenhuma baixa de câmbio. Pelo contrário, houve alta ...

Logo o papel-moeda não influi para a baixa do câmbio.”(apud CAVALCANTI, 1890, p. 169 – ortografia atualizada).

Com exceção do período da Guerra do Paraguai, ao longo do Segundo Reinado é possível distinguir que eram diametralmente opostas as políticas econômicas defendidas pelos liberais e pelos conservadores, quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda: enquanto os liberais tomavam medidas para *descentralizar* a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor exportador; os conservadores procuravam segurar as rédeas da economia ao *centralizar* a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

⁷ Refere-se, aqui, à crise de 1875, que fizera os preços do café cair e obrigara Mauá a suspender as operações de seus bancos. Essa crise teve como causa externa o início da “grande depressão” mundial, originada na Europa Central, na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir de maio de 1873 (SCHULZ, 1996).

⁸ Trata-se do decreto de 15 de abril de 1878, autorizando o Ministério da Fazenda a emitir, nos exercícios de 1877-78 e 1878-79, até a importância de 60.000:000\$ de papel-moeda para acudir às urgentes despesas da seca que devastava as províncias do Norte e às demais obrigações contraídas pelo Tesouro. Na volta ao poder do Partido Liberal, no 27º gabinete, que teve começo em 5 de janeiro de 1878 e deixou o poder em 28 de março de 1880, no ministério presidido pelo conselheiro Sinimbu estava na pasta da Fazenda Gaspar da Silveira Martins, substituído interinamente por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu e em 8 de fevereiro de 1879 por Affonso Celso de Assis Figueiredo.

Ao aumentar as moedas em circulação, o Partido Liberal consequentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda, mas aumentava os rendimentos dos produtores ligados à exportação. Ao mesmo tempo ele procurava reduzir os gastos públicos, para assim poder reduzir os impostos. Já o Partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação e as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.

Da perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro (1988a; 1988b), que os fazendeiros estivessem mais próximos do Partido Liberal do que do Conservador, pois os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, apesar de o Partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.⁹

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela *centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*, o Estado monárquico precisava de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo, agiam de formas diferenciadas: o Partido Conservador mostrava, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de

⁹ Sobre os princípios do Partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do Partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver Brasiliense (1878). Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Holanda Cavalcanti – “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, ver Mattos (1987). Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o Partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

emissão; ao contrário, o Partido Liberal, com determinada linha orçamentária, tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais (ALMEIDA, 1877).

Não obstante, devido à força inercial político-administrativa implementada pelos conservadores (MATTOS, 1997), mesmo quando o Partido Liberal estava no centro decisório do poder, os resultados de suas ações tendiam a favorecer os interesses das grandes casas comerciais importadoras e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito, em detrimento dos interesses dos senhores proprietários rurais e dos empreendedores e comerciantes nacionais.¹⁰

A POLÍTICA E OS TRÊS FATORES DE PRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, dos três fatores da produção – o trabalho, o capital e a terra –, este último estava estruturalmente inter-relacionado com o primeiro, pois sem o fator trabalho (nesse momento histórico, trabalho compulsório) a terra não possuía nenhum valor. A propriedade da terra em si nada valia, pois ela somente passava a ser fator de produção se, e somente se, nela existisse o fator trabalho para lhe atribuir valor. Já a renda da terra só passaria a ocorrer quando o outro fator de produção – o capital – financiasse a montagem da economia agrícola. Estava, portanto, estabelecido o mecanismo cuja gênese, dinâmica e direção eram determinadas pelo capital mercantil, porque não só a mobilização dos recursos produtivos, mas também a economia agrícola – especialmente a exportadora – adquiriram um caráter intrinsecamente mercantil.

Nesse período o capital produtivo, especialmente o agrícola, estava no palco do país para representar a pujança do capital mercantil urbanizado. Atado ao leito de Procusto do capital mercantil urbanizado, o setor produtivo rural podia, no máximo, gritar contra a situação na qual se encontrava, mas era claro que esse setor estava preso à dinâmica de retração ou de expansão, imposta ou permitida pelo capital mercantil urbanizado. Assim, se antes a sua expansão era garantida pela ampla

¹⁰ Conforme demonstrou Carvalho (1988), a elite política frequentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da ferrenha oposição dos plantadores de café das três províncias-chave do Império: Rio, São Paulo e Minas.

liberdade do crédito, depois ocorreria a retração diante dos juros e amortizações dos empréstimos contraídos, e até a ruína diante da obrigação do desembolso em curto prazo.

Grande parte dos agricultores dificilmente encontrava as somas necessárias para o custeio de suas fazendas e a aquisição de instrumentos, máquinas e o que mais era de importância para seu melhoramento. Eles somente os podiam adquirir com sacrifícios enormes, pois em algumas províncias os contratos eram convencionalmente realizados sob juros muito mais altos que os cobrados pelos bancos.

No médio prazo, os fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense e paulista, através dos financiadores da produção agrícola, sofreram funestos efeitos ao entrarem na festança do farto crédito presente na praça do Rio depois de 1850. Isso ocorreu porque, depois da cessação do tráfico de africanos escravos, os lavradores do Centro-Sul do Império, isto é, do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, províncias que em maior escala cultivavam o café, a todo custo começaram a recorrer aos povoados e, principalmente, à migração dos escravos do Norte para o Centro-Sul para se proverem dos escravos de que careciam as suas lavouras.

Tal deslocamento de força de trabalho escrava do Norte para o Sul onerou tremendamente os cafeicultores, que, para conseguirem crédito, contraíam elevada dívida de hipoteca rural. Em um período em que os juros anuais bancários giravam em torno de 4,5 a 5%, os prêmios do dinheiro tomado mediante hipoteca computavam uma média anual acima de 18%, havendo algumas hipotecas com juros de 2,5 a 5% ao mês.

Por não conseguirem empréstimos diretamente dos bancos, os pequenos e médios produtores agrícolas do Vale do Paraíba fluminense e paulista contraíram empréstimos com os comissários donos de capitais médios. Quanto aos grandes produtores agrícolas dessa região, Sweigart (1986) calculou que pelo menos 1/6 de todos os sócios de firmas de corretagem do Rio de Janeiro era constituído de fazendeiros de café do Interior que diversificaram seu capital, integrando-se ao alto comércio.

Quanto ao fator trabalho na região cafeicultora do Oeste Paulista após o fim do tráfico transatlântico de escravos africanos, para não travar o processo produtivo nas fazendas em franca expansão, o qual se mostrou incapaz de incorporar imediatamente o negro liberto, o índio e o sertanejo brasileiro, os senhores cafeicultores proletarizaram os imigrantes, "que já haviam sofrido o processo de perda de suas posses em

seus próprios países. O Brasil participava ativamente das condições postas pelo mercado de trabalho mundial", conforme salientou Martins (1978, vol. II, p. 317); ou seja, ante a impossibilidade de o Brasil gerar internamente o expropriado numa fronteira aberta, o proletário deveria vir historicamente pronto dos países que já haviam realizado o seu *enclosure*. Tais países, por não conseguirem absorver a mão-de-obra pobre e miserável que eles mesmos geraram, passaram a exportá-la para além de suas fronteiras. Essa foi a mão-de-obra exportada para o Brasil.

Na Província de São Paulo, o ano de 1850 apresenta-se como o ano de inflexão do mercado de trabalho, pois a partir dele nota-se um crescimento de proletários agrícolas imigrantes. Antes desse ano, com o fim do tráfico transatlântico de africanos escravos os trabalhadores cativos desciam do Norte para o Sul, intensificando sobremaneira o tráfico interprovincial de escravos; depois desse ano, com a proibição da entrada de escravos na Província de São Paulo,¹¹ foi estabelecida uma corrente regular de imigrantes subvencionada pelo governo paulista.

Depois de 1850, manter-se acoplado ao sistema capitalista significou conservar a herança colonial – escravismo e latifúndio –, procurar absorver a população imigrante já expropriada em seu país de origem e constituir um mercado interno sob a égide do capital mercantil urbanizado, que, aliado à divisão internacional do trabalho, nos direccionou a ser um país exportador de *commodities* e importador de bens manufaturados e de consumo geral.

Convém, no entanto, ponderar, com Eisenberg (1977/1978), que o trabalhador livre nacional teve grande peso demográfico e participou de diversas maneiras na agricultura de exportação, num período bem

¹¹ O fim do tráfico transatlântico, em 1850, fez aumentar o fluxo interno de escravos do Norte para o Sul através do tráfico interprovincial. Com isso, Azevedo (2004) procura mostrar que o aumento do número de crimes de escravos contra seus senhores foi consequência do tráfico interprovincial entre Norte e Sul, que 'despejava' em São Paulo o 'negro mau vindo do Norte' (conforme designação dos contemporâneos), sendo esses escravos responsáveis pelo crescente número de revoltas ocorridas na província nesse período. De outro lado, Queiroz (1995) postula que as revoltas de escravos ganharam divulgação na imprensa paulista, tornando-se elas uma arma retórica bem manejada nas disputas partidárias no contexto político de finais do século XIX. Sobre a instrumentalização das revoltas escravas pelos partidos políticos na Província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão, ver Vitorino; Sousa (2008).

anterior ao da abolição da escravidão¹², e esclarecer também que a organização social e econômica, formada por dependentes, escravos, "vadios", camaradas e proprietários era diferente da situação dos trabalhadores assalariados urbanos, apesar de estes também agirem dentro das condições geradas pela escravidão no século XIX.

CRÉDITO, MÃO-DE-OBRA E AUTONOMIA

Ao contrário do que supõe parte da historiografia, o fazendeiro de café apresentava uma dependência diante do processo de circulação controlado pelos financiadores da produção – bancos, casas comerciais e comissários. Desse modo, havia um domínio do capital mercantil na economia cafeeira, em que a cidade controlava e drenava para si o lucro do campo.

Com a abolição do comércio negreiro internacional, o capital da cáfila de negreiros foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário monitorado pelo Partido Conservador. A inversão do capital dos mercadores negreiros para a capital do Império foi o fator preponderante que catalisou o maior centro financeiro e comercial do país, configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos (VITORINO, 2008).

Entre as características dessa *economia urbana mercantil* da corte depois de 1850 estava a subordinação da economia agrícola exportadora do Vale do Paraíba fluminense a ela, ou seja, os senhores de terra eram dependentes do crédito e da moeda alocados na cidade. Tal mecanismo fez drenar grande parte dos excedentes da exportação agrícola para os comissários e banqueiros instalados no Rio de Janeiro. Num lance político realizado pelo Partido Conservador, a exígua economia monetária brasileira foi garroteada por um mecanismo *centralizador* que fazia com que todos os rendimentos monetizados fossem remetidos para a corte. "O comissariado de café constituía assim um dos elos na cadeia que ia do fazendeiro ao comissário, aos bancos comerciais, ao Banco do Brasil ao

¹² Sobre o trabalhador livre nacional, esse "homem esquecido", em um estudo que tomou como fonte primária um material coletado por Eisenberg, ver Martins (1995) e para o período subsequente, Moura (1998). Há estudos que constataram um deslocamento de cearenses para a província de São Paulo, contudo esse fluxo foi reduzido quando comparado com a transferência maciça de imigrantes para essa mesma província (GONÇALVES, 2006; MOURA, 1997).

próprio Tesouro, numa palavra o sistema de centralização creditícia instaurado pela reforma Itaboraí gerara a mais poderosa coalização (sic) de interesses que conheceu o Segundo Reinado” – esclareceu Evaldo Cabral de Mello (1999, p. 156).

Já os comerciantes dessa cidade, aliados à tradição mercantilista, financiaram e ganharam com a importação dos mais diversos produtos, fazendo do Rio de Janeiro um centro importador e consumista.

As amarras do sistema bancário ao desenvolvimento econômico não foram somente uma consequência lógica da dinâmica do capital mercantil, mas foi também o resultado do mecanismo político instituído pelo Partido Conservador. A política econômica e a arrecadação fiscal implementada pelos conservadores fizeram com que todo o ritmo de acumulação dependesse das institucionalizações estatais, subordinando a agricultura exportadora, atravancando o desenvolvimento manufatureiro e drenando para a capital do Império os lucros monetizados da acumulação produtiva mais dinâmica do país. A corte, que se constituía como o epicentro da economia nacional, absorvia os lucros produtivos através do sistema bancário e de crédito. Esse sistema, por sua vez, realimentou, através dos comissários, a produção agrícola exportadora e tonificou a importação de bens de consumo.

Para manter essa dominação, os conservadores adotavam uma política econômica e de crédito que restringia o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um lado, o apoio dos votantes e eleitores ao Partido Conservador significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como estava preso aos interesses do capital mercantil, o mercado interno não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico.¹³

¹³ Graham (1973) e Eisenberg (1977) estudaram o processo modernizador em seus aspectos econômicos, discutindo até que ponto a modernização efetivamente ocorreu, ou se não ultrapassou os limites (como no caso dos engenhos centrais nordestinos estudados por Eisenberg) de uma “modernização sem mudanças”, conservadora. Sobre como as ideias de três intelectuais (Rebouças, Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay) influenciaram as reformas éticas e morais do país, embora cada um deles defendesse um ponto de vista distinto – Rebouças, motivado pelas mudanças nos Estados Unidos, defendia reformas “americanas”; Nabuco, “inglesas” e Taunay “francesas”, ver Carvalho

Ao seguir o espírito da Constituição do Império, a qual dava, de forma exclusiva, à Assembleia Geral a atribuição de fixar anualmente a despesa pública e de repartir as contribuições (conforme o art. 15 § X), e muito mais ainda ao tornar privativa da Câmara dos Deputados a iniciativa sobre impostos (de acordo com o art. 36, I), sem os quais nenhum serviço seria possível, representantes do Partido Liberal deixavam registrado que a Guerra do Paraguai havia sido mais um dentre outros pretextos utilizados pelos conservadores, para, através da administração financeira, produzir déficits a fim de valer-se politicamente do crescimento da burocracia, o que transformou a maior parte das repartições públicas “em verdadeiras casas de *socorro*, em que a título de serviços *negativos*, a clientela administrativa e afilhadagem política procuram (sic) tornar-se *pensionistas* do estado”, protestava Tito Franco d’Almeida (1877, p. 173).

Não obstante, a decretação do curso forçado e o financiamento da Guerra do Paraguai por meio do aumento da dívida pública interna, com a emissão pela ordem pública de apólices, iriam incrementar o desenvolvimento do mercado interno. Com isso, como assegura Granziera (1979), haveria o fracionamento de uma economia antes dominada pelo capital comercial em duas economias: a comercial, no Rio de Janeiro, e a capitalista, em São Paulo.

Nessa perspectiva econômica, a cultura do algodão na província de São Paulo nas décadas de 1860 e 1870 (CANABRAVA, 1984) e a Guerra do Paraguai, somadas à política econômica adotada pelo governo imperial, possibilitaram que o papel moeda, antes atrelado à economia mercantil, fosse revertido em capital dinheiro, que foi o limiar de uma economia capitalista no Brasil. Assim, na região do Oeste Paulista, cujo epicentro foi a cidade de Campinas, a produção sobrepôs-se à circulação para os efeitos da acumulação, engendrando-se assim uma nova economia.

Como o crédito e o sistema bancário eram meios que reforçavam a dominação do capital mercantil na economia cafeeira, faz-se necessário reconstituir empiricamente o desenvolvimento das formas de crédito em São Paulo nesse período, perguntando quem concedia e quem solicitava empréstimos, quais eram as instituições que o realizavam, sob que formas

(1998). Ainda sobre se haveria um processo modernizador geral que acabaria vencendo todos os arcaísmos no Brasil, a análise de Graham (1997) sobre a perenidade da patronagem brasileira desde o Império configura uma negativa categórica da teoria da modernização.

surgiam os bancos e como sofriam mudanças ao longo do tempo (SAES, 1983). Ademais, como a elite financeira tinha contatos íntimos e próximos com a elite política através do Banco do Brasil e outras instituições, acompanhar as relações desse banco com o governo torna-se importante para entender a política de crédito empreendida e suas consequências para a produção (FRAGOSO; MARTINS, 2003). A configuração politicamente independente da região do Oeste Paulista foi conseguida e realizada a partir de sua autonomia financeira, livre das amarras erigidas pelos conservadores, que deixavam todas as províncias à mercê da corte.

Dessa forma, na província de São Paulo os agricultores (especialmente os cafeicultores da região do Oeste Paulista) escaparam dos mecanismos de reprodução do capital mercantil e financeiro, que faziam drenar os seus rendimentos para os bancos instalados na praça comercial do Rio de Janeiro. Assim eram os bancos da corte que absorviam os lucros dos fazendeiros, através de créditos concedidos pelos bancos aos comissários, que, por sua vez, os repassavam aos fazendeiros a juros ainda mais elevados.

Ao conseguir escapar da tutela exercida pela corte, pela qual somente o Banco do Brasil lá instalado podia fazer a emissão fiduciária do meio circulante e, assim, a geração de crédito barato, esses cafeicultores se desvencilharam dos financistas e das casas bancárias ligadas aos grupos de interesse político que cercavam a corte imperial do Rio de Janeiro. Foi essa autonomia financeira que transformou esses paulistas em novos donos da liquidez nacional, possibilitando-lhes a realização de crédito barato com capacidade para irrigar a economia nacional, além de permitir-lhes financiar, a créditos baratos para a agricultura, a reprodução da força de trabalho por meio da formação de um mercado de mão-de-obra livre com braços trazidos de fora para o Brasil. Compreende-se, desse modo, que, para a região do Oeste Paulista tornar-se favorável à federalização do país por meio da implantação do sistema republicano primeiramente ela necessitou tornar-se economicamente independente dos vínculos financeiros que submetiam os seus produtores agrícolas ao círculo de ferro político-financeiro instalado na corte imperial, forjado pelo Partido Conservador desde a década de 1840.

É assim que devemos compreender a linguagem com que Pedro Vicente de Azevedo, o último presidente da província de São Paulo, expôs à assembleia dessa província a sua situação econômico-financeira,

em seu relatório de 11 de janeiro de 1889: “tudo era lisonjeiro e o futuro progresso estava garantido” e as questões de créditos e de braços para a lavoura estavam resolvidas. A imigração avançava a passos largos a partir do subsídio concedido por essa província. Os créditos vinham do Exterior a partir de uma megaoperação bancada por São Paulo. Foi a primeira e a única província do Brasil Imperial a contrair um empréstimo no exterior no valor de 7 mil contos de réis a fim de financiar a imigração de mão-de-obra para as suas fazendas de café (BRASIL, 1889).

Já antes da abolição da escravatura no Brasil a administração de São Paulo havia criado condições estruturais que permitiram a essa província resolver a questão de braços para as suas lavouras (LUZ, 1948), ao sinalizar para os bancos londrinos a sua total preferência pelo trabalho livre na produção cafeeicultura, já que aqueles bancos haviam interrompido as operações com clientes que tivessem alguma ligação com o trabalho escravo. Foi esse movimento que permitiu aos cafeicultores paulistas substituir os escravagistas como parceiros preferenciais da banca internacional e se tornarem os novos donos da liquidez nacional. O modelo era o mesmo desde que o Brasil se tornara dependente da economia inglesa após 1850. Os cafeicultores depositavam grande parte dos seus rendimentos em bancos ingleses, que por sua vez faziam empréstimos ao Brasil. Os recursos eram aplicados em serviços públicos e estradas de ferro, com remuneração garantida e com grandes vantagens para os investidores ingleses. Cada empreendimento permitia à Inglaterra inundar o país de consultores e insumos, que entravam sem pagamento de taxas, e tudo isso às vistas dos homens públicos responsáveis pela política monetária e financeira do Brasil Imperial. Não menos que sete presidentes de gabinetes do Império ligados à elite rentista que paralisou a economia tornaram-se presidentes de bancos: Itaboraí, Rio Branco, Sinimbu, Dantas, Cotegibe, João Alfredo e Ouro Preto (DELFIM NETO, 1966; NASSIF, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a questão do federalismo no Brasil Império voltou à baila. Para Dohlnikoff (2003), a unidade de todo o território da América Portuguesa sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro só foi possível graças à implementação de um arranjo político por meio do qual as elites provinciais se acomodaram. De acordo com essa historiadora, mesmo a partir

das reformas liberais da década de 1830, em especial a promulgação do Ato Adicional em 1834, o arranjo institucional prevalecente garantiu aos governos das províncias, através das assembleias legislativas, autonomia de decisão em relação a itens estratégicos como tributação, emprego, força policial, obras públicas, instrução pública, etc. Autonomia política mantida mesmo depois das reformas conservadoras da década de 1840, na medida em que estas, ao promoverem maior concentração ao Judiciário, não alteraram a inovação introduzida pelo Ato Adicional de dividir competências sobre diversas matérias entre região e centro (DOHLNIKOFF, 2003, p. 117-118).

A retomada da ideia de que a autonomia política perpassou quase todo o período imperial, mesmo após a década de 1850, é uma crítica endereçada aos historiadores que tomaram como modelo de compreensão da primeira metade do século XIX o opúsculo *Ação; reação; transação*, publicado em 1855 por Justiniano José da Rocha, jornalista e político ligado ao Partido Conservador.¹⁴

Na sua contraposição à historiografia brasileira que afirma ter sido forjada a unidade nacional por meio da centralização política e administrativa, imposta com mão de ferro pela corte do Rio de Janeiro às províncias, o eixo interpretativo seguido por Dohnikoff retoma, a nosso ver, a ruptura efetuada por Tavares Bastos (1870) no século XIX, ao assinalar a sua ênfase na reforma política, e não na reforma social. Desse modo, a gênese do federalismo estaria presente no Brasil desde o período imperial – inclusive as leis tinham força para implantar esse federalismo.

Em nossa análise, buscamos inverter o sentido da proposição acima, ao assinalar, a partir da economia política, que a província de São Paulo, especialmente com a expansão do setor agroexportador da cafeicultura implantada na região do Oeste Paulista, conseguiu remover a pesada carga de um Estado parasitário a fim de dar passagem aos seus interesses e à sua livre agregação, ao tornar-se independente das formas de crédito e de financiamento montadas pelas políticas de Estado coordenadas na e pela corte imperial do Rio de Janeiro após a década de 1840.

¹⁴ A sua edição original tinha por título: *Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* (ROCHA, 1855). O opúsculo está reimpresso em Magalhães Jr. (1956). Para o estudo mais abalizado sobre o autor desse opúsculo e sua época, ver Barman (1973).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tito Franco. *A Grande política*. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1877.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco*: O Negro no Imaginário das Elites Século XIX. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu 'Ação; Reação; Transação'. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 301, p. 3-32, out. dez. 1973.
- BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de dezembro de 1889*. São Paulo: Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889. p. 147-161. Disponível em <http://www.crl.edu>.
- BRASILIENSE, Américo, *Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio*. Primeira parte: exposição de princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O algodão em São Paulo: 1861-1875*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº 28, mar. Abr. 1960.
- CARVALHO, José M. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Editora dos Tribunais/IUPERJ, 1988.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998.
- CAVALCANTI, Amaro, *Resenha financeira do ex-imperio do Brazil em 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- DELFIM NETO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, 1966. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites. *Revista USP*. São Paulo, nº 58, p. 116-133, jun. ago. 2003a.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003b.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter L. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - Sugestão para uma pesquisa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 28, p.153-73, 1977/1978.

FAORO Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988b.

FAORO Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988a.

FRAGOSO, João Luís R.; MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas de escravidão – 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.) *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 153-161.

GONÇALVES, Paulo C. A utilidade dos migrantes–retirantes cearenses na economia cafeeira paulista nos final do século XIX. In: MOURA, Esmeralda B. B; AMARAL, Vera L. (org.), *História econômica: reflexões e construção do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 427-438.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Edunicamp, 1979.

LUZ Nícia Vilela. A administração provincial de São Paulo em face do movimento abolicionista. *Revista de Administração*. São Paulo, v. 2, n. 8, p. 80-100, dez. 1948.

MAGALHÃES Jr. R. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Col. Brasileira, vol. 286.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10ª ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

MOURA, Denise A. S. Andantes de Novos Rumos: a vinda de migrantes cearenses para fazendas de café paulistas em 1878. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v.17, n. 34, p.119-132, 1997.

MOURA, Denise A. S. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

NASSIF, Luís. Conversas ao pé da história. *Folha de S. Paulo*, 30 set. 2004.

NASSIF, Luís. Informação e República. *Folha de S. Paulo*, 26 dez. 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão nacional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 7, n. 8, p. 43-63, 1993.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da Senzala à República*: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp.

RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ROCHA, Justiniano José. *Ação; reação; transação*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional, 1855.

SAES, Flávio Azevedo M. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)*. São Paulo, 1983. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 103-151.

SWEIGART, Joseph E. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. Austin, 1980. These (Ph.D). University of Texas at Austin.

TAVARES BASTOS, A. C. *A Província*. Estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

VILLELA, André A. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Imperial. In: *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*. João Pessoa, UFPB, 2004.

VITORINO (2008), A. J. R. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 3, p. 463-491, dez. 2008.

VITORINO, A. J. R.; SOUSA, E. C. B. O pássaro e a sombra: instrumentalização das revoltas escravas pelos partidos políticos na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 303-322, jul. dez. 2008.

